



Ex.^{mo(a)} JUIZ(a) DE DIREITO DO __ JUIZADO ESPECIAL FAZENDÁRIO DA COMARCA DE BOA VISTA - RR.

| | DADOS DO 1º RECLAMANTE | | X | PESSOA FÍSICA | | | PESSOA JURÍDICA | |
|----------------|------------------------------------|----------------|-----------------|------------------------|-------------------|------------------|-----------------|-------|
| NOME: | Antônio da Silva | | | ESTADO CIVIL: | CASADO | | RG.Nº: | 45942 |
| CPF Nº: | 164.030.612-91 | | D. NASC: | 15/10/1963 | PROFISSÃO: | Servidor Público | | |
| END: | AVENIDA Nazaré Filgueiras, nº 1747 | BAIRRO: | Pintolândia | CIDADE: | BOA VISTA-RR | CEP: | 69316715 | |
| FONE: | (95)9 9138-5969 | | E-MAIL: | kmbdasilva@hotmail.com | | | | |

| ASSUNTO DA RECLAMAÇÃO | |
|-------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> | ASSUNTO BANCÁRIO |
| <input type="checkbox"/> | TELECOMUNICAÇÕES/TELEFONIA |
| <input type="checkbox"/> | REPARAÇÃO DE DANOS DECORRENTES DE ACIDENTES DE VEÍCULOS (NÃO INCLUI DPVAT) |
| <input type="checkbox"/> | EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS |
| <input type="checkbox"/> | COBRANÇAS EM GERAL (TÍTULOS, ALUGUÉIS, CONDOMÍNIO E OUTROS). |
| <input type="checkbox"/> | DESPEJO PARA USO PRÓPRIO |
| <input type="checkbox"/> | INDENIZAÇÃO POR () DANO MORAL () DANO MATERIAL |
| <input type="checkbox"/> | RESCISÃO CONTRATUAL () COM DEVOLUÇÃO DE PARCELAS OU MULTAS |
| <input checked="" type="checkbox"/> | OBRIGAÇÃO DE FAZER/NÃO FAZER |
| <input type="checkbox"/> | OUTRAS: ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA |

| | DADOS DO 1º RECLAMADO | | | PESSOA FÍSICA | | X | PESSOA JURÍDICA | |
|---------------|--|----------------|-----------------|----------------------|-------------------|---------------|-----------------|--|
| NOME: | Departamento Estadual de Trânsito de Roraima-DETRAN/RR | | | ESTADO CIVIL: | ***** | RG.Nº: | ***** | |
| CNPJº: | 22.900.328/0001-05 | | D. NASC: | ***** | PROFISSÃO: | ***** | | |
| END: | Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, 4214 | BAIRRO: | Aeroporto | CIDADE: | BOA VISTA | CEP: | 69310005 | |
| FONE: | ***** | | E-MAIL: | ***** | | | | |



DOS FATOS

Em 2013 o requerente comprou uma motocicleta modelo Honda/CG 150 FAN ESDI, com placa NUH 4529 da cor preta pra seu filho, porém em 2016 a motocicleta foi furtada conforme Boletim de Ocorrência anexado nos autos.

Ocorre que, no ano de 2017 o requerente deu entrada na Secretaria de Estado da Fazenda de Roraima para obter a suspensão do IPVA, onde obteve êxito conforme anexo juntados aos autos.

Ressalta-se que, o requerente foi até ao DETRAN para tentar obter a suspensão do licenciamento e seguro, pois a motocicleta foi furtada sem culpa do filho do requerente.

Em razão disso, o funcionário da autarquia lhe informou que este procedimento só poderia ser concedido através de decisão judicial, assim o requerente tentado a solução da lide neste juizado.

Portanto, diante dos fatos, não restou alternativa ao Requerente, senão a de intentar a presente demanda e se vê compelido a recorrer a este digno juízo em busca da tutela jurisdicional para a satisfação do seu direito.

DAS PROVAS:

O requerente apresenta o documento da motocicleta, boletim de ocorrência, documento autorizando a suspensão do IPVA da Secretaria de Estado da Fazenda de Roraima, documentos de informações da motocicleta junto ao DETRAN e requerimento de reconhecimento de não-incidência ou isenção do IPVA.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

- a) seja a presente ação recebida, registrada e autuada, em tudo obedecidas as cautelas legais;
- b) a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita na fase recursal, considerando a isenção neste momento inicial, Lei nº 12153/09;
- c) a citação da Reclamada, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar os fatos e comparecer à audiência, sob pena de serem presumidos como verdadeiros os



fatos alegados, nos termos da Súmula 74 do TST;

- d) a condenação da Ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, em caso de recursos, no que for fixado;
- e) julgue procedente a demanda no sentido de determinar **ao Órgão Requerido a suspender o Licenciamento e Seguro da motocicleta** citada acima e com documento anexado nos autos, devido esta ter sido furtada, conforme as provas carreadas aos autos;
- f) provar o alegado por todo meio de prova em direito admitido, em especial os documentos anexos.

Dá-se a causa o Valor de R\$954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), para efeitos meramente fiscais.

O(A) REQUERENTE DECLARA ESTAR CIENTE DE QUE:

- a) as informações lançadas neste termo são de sua inteira responsabilidade;
- e) deverá acompanhar o estado do processo e se manifestar, sempre que solicitado. O seu abandono do processo por mais de 30 (trinta) dias implicará na extinção do feito.
- g) deverá comunicar ao Juízo as mudanças de endereço, bem como de número de telefone, whatsapp e e-mail, ocorridas durante o curso do processo, sob pena de reputarem-se eficazes as intimações enviadas ao contato anteriormente indicado, na ausência da comunicação;
- j) a fixação dos honorários sucumbenciais terá por base o valor total pleiteado, no caso de improcedência em fase recursal.
- k) deverá se dirigir aos membros do Setor devidamente identificados com seus crachás para dirimir dúvidas e obter informações.

Boa Vista – RR, 21 de Fevereiro de 2018.

Antônio da Silva
Antônio da Silva
REQUERENTE

Hortência Costa Lopes
ESTAGIÁRIA DE DIREITO